



SUMÁRIO

<i>Prefácio – Prof. CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO</i>	7
<i>Agradecimentos</i>	13
<i>Introdução</i>	15
 Parte 1 – O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA E O ESTADO DE DIREITO	
<i>1. Considerações Epistemológicas</i>	23
<i>2. O Estado de Direito e seus Traços Jurídico-Positivos</i>	30
<i>3. Princípios Jurídicos: Conceito e Funções</i>	35
<i>4. O Significado do Princípio da Segurança Jurídica</i>	44
 Parte 2 – VISÃO JUSCOMPARATIVA DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA	
<i>1. Utilidade do Direito Comparado</i>	53
<i>2. Direito Alemão</i>	54
<i>3. Direito Francês</i>	57
<i>4. Direito Espanhol</i>	59
 Parte 3 – O ALCANCE DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA NO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	
1. Noções Preliminares	63
<i>1.1 Função administrativa</i>	65
<i>1.2 Discrecionalidade administrativa</i>	68
<i>1.3 Ato administrativo</i>	71

1.3.1	Decomposição da definição de “ato administrativo” ..	72
1.3.1.1	<i>O ato administrativo como norma jurídica</i> ..	72
1.3.1.2	<i>Concretude do ato administrativo</i>	74
1.3.1.3	<i>Unilateralidade do ato administrativo</i>	75
1.3.1.4	<i>Expedido no uso de prerrogativas públicas</i> .	76
1.3.1.5	<i>Pertinência à função administrativa</i>	76
1.3.1.6	<i>Dar fiel cumprimento à lei</i>	77
1.3.1.7	<i>Submissão a controle jurisdicional</i>	78
1.3.2	Distinção entre “ato” e “fato administrativo”	78
1.3.3	Existência, validade e eficácia do ato adminis- trativo	80
1.3.4	Elementos e pressupostos do ato administrativo ..	83
1.3.4.1	<i>Elementos</i>	83
1.3.4.2	<i>Pressupostos de existência</i>	84
1.3.4.3	<i>Pressupostos de validade</i>	84
1.3.5	Duas classificações de ato administrativo	86
1.3.5.1	<i>Quanto à repercussão sobre a esfera jurídica dos administrados</i>	86
1.3.5.2	<i>Quanto à natureza dos efeitos jurídicos</i> ...	88
1.3.6	As consequências da invalidade dos atos adminis- trativos	88
2.	<i>O Princípio da Segurança Jurídica no Direito Administrativo</i> ..	91
2.1	<i>Perspectiva da certeza</i>	91
2.1.1	Vigência das normas jurídicas	93
2.1.2	Projeção eficaz das normas jurídicas	95
2.1.3	Conteúdo das normas jurídicas	99
2.2	<i>Perspectiva da estabilidade</i>	104
2.2.1	O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada	105
2.2.2	Proteção à confiança legítima	111
2.2.2.1	<i>Projeção “ex nunc” da invalidação dos atos administrativos ampliativos</i>	114

2.2.2.2 <i>Convalidação dos atos administrativos</i>	117
2.2.2.3 <i>Estabilização de atos ampliativos inválidos.</i>	121
2.2.2.4 <i>Alteração de regime jurídico: dever de adoção de disposições transitórias para mudanças radicais de regime jurídico (via preventiva)</i>	123
2.2.2.5 <i>Alteração de regime jurídico: responsabilidade por ato lícito ou invalidação da norma atentatória à confiança legítima (via repressiva)</i>	125
2.2.2.6 <i>“Coisa julgada administrativa”</i>	130
2.2.3 <i>Prescrição e decadência</i>	131
<i>À Guisa de Conclusão</i>	135
<i>Referências Bibliográficas</i>	137